UMA VISÃO SOBRE O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA DO CEARÁ

Rodrigo Gonçalves do Nascimento [1]

Vanda Mendes Ribeiro [2]

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), bem como os resultados que algumas pesquisas têm afirmado serem, em parte, advindos dessa política pública estabelecida em regime de cooperação com os municípios desde 2007. Trata-se de fenômeno relevante uma vez que o Ceará é um território onde existem várias localidades de vulnerabilidade social. Para a realização da pesquisa, selecionou-se um primeiro conjunto de estudos tratados num projeto maior coordenado pela orientadora e que é financiado pela FAPESP. Promoveu-se uma análise de pertinência de textos que permitissem a elaboração de uma visão sobre o PAIC, suas estratégias e resultados, sem a pretensão de julgamento da política. Constatou-se, nas referências estudadas, que o Programa tem um conjunto de estratégias para colocar os agentes implementadores em torno de seus objetivos e que tem a intenção de diminuir as desigualdades educacionais existentes no Estado do Ceará, utilizando-se de mecanismos internos que buscam a equidade educacional.

Palavras-Chave: PAIC. Equidade. Implementação de Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), explicitando os principais resultados que pesquisas com foco nesse Programa têm publicado. Observa-se um comprometimento da produção científica em relação ao MAIS PAIC, fazendo com que o Programa ganhe destaque a nível nacional pelo seu desempenho com alunos condicionados à situação de vulnerabilidade social.

[1] Mestrando e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Cidade de São Paulo (UNICID).

[2] Doutora em Educação pela FEUSP, com estágio sanduíche na Universidade de Genebra, Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação Formação de Gestores Educacionais, ambos da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). É membro fundadora da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE).

Para a erradicação do analfabetismo brasileiro foram criadas diversas políticas públicas como o PAIC que é, segundo Cruz, Farah e Ribeiro (2020), uma política que contribuiu muito para uma educação com equidade nas séries iniciais no estado cearense. Segundo pesquisas de Padilha *et al.* (2013), o Programa tem atingido resultados positivos de forma que o desempenho dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental - que vivem em municípios mais pobres - têm atingido, segundo eles, bons resultados.

Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2017) apontam que o Programa é uma política descentralizada em que os estados e municípios trabalham em conjunto, fazendo com que esse projeto gere uma articulação entre os governos estadual e municipal. De acordo com as autoras, foi um modo encontrado pelo governo de eliminar o analfabetismo escolar no estado.

A política vem sendo implementada desde 2007 e contou, de forma inicial, com o apoio de diversas instituições para a formação de professores alfabetizadores que pudessem contribuir com sua formulação. (CRUZ; FARAH; RIBEIRO, 2020).

O trabalho tem as seguintes questões norteadoras: o que é o Programa de Aprendizagem na Idade Certa? Como a literatura aqui destacada tem analisado o desenvolvimento e os resultados deste Programa?

A justificativa dessa pesquisa encontra-se no sentido de que é observado na literatura o alcance da equidade educacional no ensino fundamental 1 no Ceará. Resultado de equidade, para Santos (1979), é algo difícil de ser alcançado pelo tipo de sociedade em que vivemos - a capitalista -, embora somente possa se atingir esse patamar por meio de políticas públicas.

Neste trabalho buscou-se descrever parte do conhecimento sistemático existente sobre os resultados desse Programa, de modo que os impactos causados por essa política pública possam ser conhecidos, contribuindo com a discussão a respeito de como fazer educação para todos, exigência da Constituição Brasileira de 1988 para a Educação Básica.

METODOLOGIA:

Para a elaboração deste trabalho foi identificado, juntamente com a orientadora, um conjunto de textos usados num projeto maior apoiado pela FAPESP, do qual os autores participam. Essas pesquisas teriam a capacidade de oferecer uma visão sobre o Programa, suas estratégias e resultados. Os estudos selecionados são: Gusmão e Ribeiro (2011); Padilha *et al.* (2013); Kasmirski; Gusmão e Ribeiro (2017); Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020); Cruz; Farah e Ribeiro (2020). Foi usado também um documento oficial que retrata a história do Programa, encontrado no site da Secretaria

Estadual da Educação do Estado do Ceará. Este trabalho é um recorte de pesquisa, que está em fase inicial, visando arcabouço para a elaboração da dissertação de mestrado do primeiro autor; à qual se vincula um projeto que estuda a implementação do PAIC, que é financiada pela FAPESP e que se encontra sob coordenação da segunda autora, orientadora da tese e coautora neste trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O PAIC foi divulgado como política educacional em 2007 no governo de Cid Gomes. Em sua gestão, o governador solicitou para o corpo da Secretaria de Educação da época que desse início, no âmbito do regime colaborativo entre o estado e os municípios, a uma política visando implementar uma iniciativa (já nominada PAIC) que estava em voga no estado, sob iniciativa da sociedade civil e do legislativo. Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2017) informam que o PAIC foi inspirado na experiência de Sobral, um município do Ceará. A experiência, segundo essas autoras, no referido município, teve início em 2001. E que foi devido a ela que uma iniciativa da sociedade civil foi possível: criou-se o Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar, com participação do legislativo cearense, do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e de outras organizações, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Ao contar com o apoio da presidência da Assembleia Legislativa, e com a ajuda de diversas universidades, instituições parceiras, UNICEF e outras organizações da sociedade civil, o Comitê realizou uma investigação para avaliar os índices de alfabetização de estudantes da segunda série do ensino fundamental em todo o Estado do Ceará, e verificou que apenas 15% das crianças estavam plenamente alfabetizadas. (GUSMÃO; RIBEIRO, 2011).

A princípio, o Programa, quando inaugurado como política pública inspirada na iniciativa acima, tinha como foco somente a alfabetização. Nos dias de hoje, o Programa está focado em todo o ensino fundamental, embora o trabalho para o ensinofundamental 2 seja recente. O PAIC apoia a aprendizagem dos alunos para que todos tenham uma trajetória escolar adequada e a equidade educacional seja alcançada. (CEARÁ, 2019).

Segundo Cruz, Farah e Ribeiro (2020), o PAIC é executado pela Secretaria de Educação Estadual (SEDUC) e, para tanto, foi criada uma instância própria para sua efetivação, a Coordenação de Cooperação com os Municípios (COPEM). Para Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020), o Programa consolidou-se com diversos instrumentos, ações e estratégias que permitem a articulação dos vários agentes implementadores da política, que passam a trabalhar para o alcance de objetivos comuns. Cruz, Farah e Ribeiro (2020) afirmam ainda que, no âmbito da política pública, foram definidas funções para cada órgão governamental, considerando os diferentes entes federados (SEDUC e seus órgãos, prefeitura e Secretaria Municipal de Educação - SME), universidades e também para os agentes implementadores (profissionais da SEDUC, das regionais que representam a SEDUC nas divisões administrativas do estado, gestores escolares, professores, alunos e família). Ademais, foram ofertadasformações permanentes com o foco no desenvolvimento integral, contando com uma avaliação constante.

O PAIC foi iniciado com a intenção de aumentar a qualidade da educação básica cearense no que se refere ao processo de alfabetização, por meio de uma assessoria técnica aos municípios para aperfeiçoar os processos de gestão de forma aimpactar os indicadores de qualidade de aprendizagem que é medida por avaliações externas, até então, de baixos resultados em relação à aquisição da leitura e escrita das crianças. (CRUZ; FARAH; RIBEIRO, 2020).

O PAIC foi aos poucos ampliado para os demais anos do ensino fundamental devido ao fato de ter atingido bons resultados em relação ao processo de alfabetização. Segundo dados da SEDUC, no ano de 2011, o governo do estado expandiu as atividades do 2º ano para o 5º ano, com a intenção de melhorar os resultados de aprendizagem nesta primeira etapa do ensino fundamental. Nesse momento, o Programa passou a se chamar PAIC+5. Em 2015, sob o governo de Camilo Santana, houve uma nova mudança de nome quando a política passou a abranger o ensino fundamental 2. Ou seja, o estado ampliou a proposta a fim de favorecer a entrada dos adolescentes no ensino médio com níveis adequados de aprendizagem. (CEARÁ, 2019). Cruz, Farah e Ribeiro (2020, p. 1306) consideram que

> O MAIS PAIC tem buscado manter uma coalizão, no Estado do Ceará, pela universalização do acesso à educação com qualidade e pelo direito à aprendizagem na idade certa, de modo a garantir esses objetivos nas agendas governamentais estadual e municipais. Com a adoção de várias estratégias de formação, disponibilização de materiais, monitoramento e avaliação permanentes, o PAIC busca

> assegurar um movimento constante de estratégias de intervenção na realidade educacional cearense.

O MAIS PAIC tem suas atribuições designadas em seis eixos: 1) avaliação externa; 2) séries iniciais do ensino fundamental; 3) séries finais do ensino fundamental e ensino integral; 4) educação infantil; 5) literatura infantil e formação de leitores; 6) gestão municipal da educação. Nos dias de hoje, todos os municípios do Estado do Ceará estão implementando ações na relação com tais eixos, em regime decolaboração com o governo estadual. Na base de avaliação, o MAIS PAIC vem evidenciando competência técnica e independência para a realização de diagnósticos da aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental. Dentre os atos apresentados, salienta-se a: criação de provas, a qualificação em avaliação dos grupos de trabalho das secretarias municipais de educação, bem como a realização de avaliações municipais e a organização de encontros a fim de estudar e divulgar os resultados obtidos. (CEARÁ, 2019).

Cruz, Farah e Ribeiro (2020) afirmam que há, no PAIC, mecanismos voltados à busca da equidade. Para Kasmirski, Ribeiro e Gusmão (2017), aplicando metodologia *dif* em *dif*, afirmam que o Programa é responsável por parte da equidade identificada, ao se analisar dados de desempenho educacional da Prova Brasil. Segunda elas, esse resultado está ancorado nas estratégias do PAIC que, segundo autores que estudam o assunto - como o pesquisador Marcel Crahay (2000) - contribuem para esse tipo de resultado, restando isso claro nos seguintes assuntos: a busca de compreender as dificuldades de aprendizagem de cada aluno; o estabelecimento de estratégias para apoiar os alunos que têm essas dificuldades, de modo que todos alcancem metas de aprendizagem; a formação continuada dos professores e o processo de acompanhamento dos processos de gestão e de ensino e aprendizagem, incluindo aí a avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Analisando a literatura aqui indicada, percebe-se uma visão de que o PAIC se caracteriza como uma política educacional que tem estratégias de correção da aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, e que visa a uma educação com mais equidade. Ademais, essa visão considera que os municípios e escolas com alunos mais pobres têm se beneficiado mais do Programa. Pode-se também dizer que essa literatura considera que, por meio de estratégias que se corrigem ao longo do

tempo, o Programa tem apresentado bons índices educacionais, fazendo com que haja acesso ao direito de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, garantido pela agenda da política, que prevê fazer com que as crianças aprendam o definido como necessário, e na idade certa. Pesquisas para compreender como a escola lida com o ensino dos demais conteúdos previstos no currículo, e a ampliação do número de artigos sobre o PAIC na composição da análise contribuirão para uma visão mais completa do Programa.

REFERÊNCIAS:

CEARÁ. **História do MAIS PAIC.** Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Governo do Estado. 2019. Disponível em: <https://paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/objetivos-e-competencia>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

CRAHAY, M. **L'école peut-elle-être juste e efficace?** De l'égalité des chances à l'égalité des acquis. Belgique: De Boeck, 2000. (Pédagogies en Développement).

CRUZ, M. C. M. T.; FARAH, M. F. S.; RIBEIRO, V. M. Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do Programa Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC). **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1286-1311, set./dez. 2020. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.13904>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GUSMÃO, J. B.; RIBEIRO, V. M. Colaboração entre estado e municípios para a alfabetização de crianças na idade certa no Ceará. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-34, 2011.

KASMIRSKI, P.; GUSMÃO, J.; RIBEIRO, V. O PAIC e a equidade nas escolas de ensino fundamental cearenses. **Est. Aval. Educ**., São Paulo, p. 1-25, set. 2017.Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3761/3471>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PADILHA, Frederica *et al*. Qualidade e equidade no ensino fundamental público do Ceará. **Cadernos Cenpec** | Nova série, [S.l.], v. 3, n. 1, dez. 2013. ISSN 2237-9983. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/215>. Acesso em: 14 jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v3i1.215>.

RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; MARTINIC, S. Implementação de políticas educacionais e equidade: regulação e mediação. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 50, n. 177, p. 698-717, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146982>. Epub 28 out. 2020. ISSN 1980-5314. Acesso em: 28 jun. 2021.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.